

PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS ESTABELECIDAS COM OS AGENTES SOCIOEDUCATIVOS



Aluna: Roberta Francieli da Silva contato: robertaf.tk@gmail.com

Orientadora: Profo Dro Silvia Helena Koller

INTRODUÇÃO

Medidas socioeducativas são medidas judiciais aplicadas a adolescentes de 12 a 18 anos incompletos que cometeram atos infracionais. Seu principal objetivo, de acordo com o SINASE (Brasil, 2006), é o desenvolvimento de atividades pedagógicas com finalidade restaurativa

OBJETIVO

Caracterizar o convívio dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação com os agentes socioeducativos , a partir da perspectiva dos adolescentes.

MÉTODO

Participantes

Adolescentes entre 16 e 18 anos, internos em uma unidade socioeducativa de Porto Alegre, RS

Instrumentos

Roteiro de entrevista semiestruturado: As entrevistas eram divididas em três partes. Primeiramente, investigou-se a relação dos adolescentes com os agentes de maneira geral e procurou-se entender o que eles entendiam como atribuições dos funcionários. Em seguida, os adolescentes eram convidados a pensar no agente com quem tinham maior proximidade e responder questões sobre o funcionário escolhido. Por último, os participantes eram convidados a pensar no agente que com quem lidavam pior na unidade e responder perguntas semelhantes as anteriores.

Procedimentos

Anuência > Recrutamento>
Assentimento/Consentimento > Entrevistas.

Análise dos dados

Os dados foram organizados a partir da Análise Temática em uma perspectiva êmica, com o auxílio do software NVivo10.

RESULTADOS

Foram criados três temas que explicam os dados:

CUIDADO ENQUANTO FUNÇÃO:

Os adolescentes identificaram como função prioritária dos agentes o cuidado relacionado a questões práticas e burocráticas da rotina dentro da instituição. Relacionaram, também, a função de evitar conflitos entre os internos. As atividades pedagógicas apareceram em menor frequência e são descritas de maneira superficial.

RELAÇÃO PRÓXIMA E DE APOIO:

Os adolescentes desenvolviam com alguns funcionários relações positivas, caracterizadas pela afinidade e boa convivência. Os agentes tornavam-se figuras de referência, com quem os adolescentes declaravam manter uma relação harmoniosa e amistosa. Em alguns casos, tais relações propiciavam suporte emocional aos adolescentes, sendo os funcionários apontados como pessoas capazes de auxiliar nos momentos emocionalmente difíceis, aconselhar e dar ânimo para o cumprimento da medida socioeducativa. Os adolescentes indicaram, também, que o estabelecimento de relações positivas possibilitou a eles aprendizado, reflexão e amadurecimento pessoal.

RELAÇÃO DISTANTE E CONFLITUOSA:

Os adolescentes desenvolviam com alguns agentes relações conflituosas marcadas pelo desrespeito, autoritarismo e má comunicação. Essas relações geravam um convívio difícil que suscitava nos adolescentes sentimentos negativos, como raiva e tristeza. Alguns funcionários foram descritos como antiéticos e distantes de sua função socioeducativa, sendo sua atuação mediada por conflitos pessoais e pelo cansaço na execução do trabalho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicaram que embora os agentes socioeducativos desempenhem simultaneamente as funções de segurança e pedagógicas, os adolescentes entendiam a função dos agentes sobretudo a partir de atividades burocráticas. Foi possível perceber, também, que ainda que as relações interpessoais com os agentes devessem favorecer um processo socializador, os adolescentes recorrentemente relataram experiências de violência, corroborando estudos prévios na área (Menicucci & Carneiro, 2011; Monte & Sampaio, 2012; Oliveira, 2003). Torna-se necessário otimizar as relações positivas com o objetivo de tornar o cumprimento da medida socioeducativa, de fato, em um período promotor de socioeducação.

REFERÊNCIAS

Brasil, Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. (2006). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Recuperado em 05 de Setembro, 2017, de http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf. Menicucci, C. G., & Carneiro, C. B. L. (2011). Entre monstros e vítimas: a coerção e a socialização no sistema socioeducativo de Minas Gerais. Serviço Social & Sociedade, (107), 535-536.

Monte, F. F. C., & Sampaio, L. R. (2012). Práticas pedagógicas e moralidade em unidade de internamento de adolescentes autores de atos infracionais. Psicologia: Reflexão e Crítica, 25(2), 368-377.

Oliveira, E. R. (2003). Ensinando a não sonhar: a anti-pedagogia oficial destinada a adolescentes infratores no estado do Rio de Janeiro. Revista Katálysis, 6(1), 85-95.